

Novo impasse adia acordo sobre a dívida dos Estados

Telefoto de Givaldo Barbosa

BRASÍLIA — Depois de 40 horas de negociação, o Governo e os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, não conseguiram chegar a um acordo sobre o ajuste do Orçamento da União para 1989. Na madrugada de domingo, a Comissão rejeitou nova proposta do Governo para a rolagem da dívida externa dos Estados e Municípios, que previa o pagamento dos juros vencidos e a vencer no próximo ano. A alternativa implicaria desembolso dos Governadores e Prefeitos da ordem de CZ\$ 340 bilhões, contra os CZ\$ 580 bilhões pretendidos inicialmente pela área econômica.

As negociações serão retomadas hoje de manhã e caso não haja acordo o Relatório da Comissão de Orçamento será votado ainda hoje.

As negociações mediadas pelo Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, adiaram por quatro vezes a apresentação do relatório final do Senador Almir Gabriel. As discussões, desde sexta-feira à noite, ficaram concentradas em três pontos: a rolagem da dívida externa dos Estados e Municípios; a elevação do déficit do setor público e a desindexação do Orçamento.

A reunião se prolongou até as 4 horas de ontem e, seis horas depois, o Presidente da Comissão, Deputado Cid Carvalho, o relator Almir Gabriel e o Líder do PMDB, Deputado Ibsen Pinheiro, retomaram as conversações durante almoço na casa do Presidente da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães. Dali, seguiram para a residência de Costa Couto, para nova rodada de negociação, desta vez com a presença dos Secretários de Fazenda do Rio de Janeiro, Antônio Cláudio Sochaczwesky, e de São Paulo, José Machado Campos Filho. Com Costa Couto já estavam o Mi-



Cid Carvalho preside a Comissão Mista de Orçamento do Congresso

nistro do Planejamento, João Batista de Abreu — que permaneceu pouco mais de uma hora — e seu Secretário Geral, Ricardo Santiago, além de técnicos de sua assessoria direta.

A nova proposta do Governo para rolar a dívida dos Estados e Municípios é a segunda tentativa do Executivo de convencer Governadores e Prefeitos a pagarem a totalidade dos juros vencidos e a vencer no próximo ano, com um impacto adicional no déficit orçamentário de 0,4 por cento do Produto Interno Bruto. O Deputado Genebaldo Correa disse que o Governador Orestes Quércia, com quem conversou por telefone, "foi resistente à qualquer modificação na proposta negociada com a Comissão".

A Comissão tem defendido a rolagem da dívida vencida e o escalona-

mento da dívida a vencer: quem deve até CZ\$ 300 bilhões fica isento de qualquer pagamento. Esta proposta gera um déficit de 0,8 a um por cento do PIB no Orçamento, porque o Governo só arrecadaria CZ\$ 70 bilhões.

Além do esforço do Governo para impedir a ampliação do déficit, a área econômica luta contra a tentativa da Comissão de pôr fim à indexação do Orçamento. O Relator argumenta que o Orçamento indexado permite um reajuste automático de todas as despesas, sem a interferência do Congresso. Gabriel, que discorda em seu relatório, do crédito suplementar de 25 por cento reivindicado pelo Governo, admite manter este crédito se o Orçamento for desindexado. Para isso, a Comissão está processando estudos da projeção da inflação até dezembro do próximo ano.